

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO FINAL DA FRENTE PARLAMENTAR

PELOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ EM PERNAMBUCO

Coordenador-Geral: Deputado João Paulo do PT

Membros:

Deputada Dani Portela

Deputada Débora Almeida

Deputado Doriel Barros

Deputado Francismar Pontes

Deputado Izaías Régis

Deputado Jarbas Filho

Deputado João de Nadegi

Deputado João Paulo do PT

do PT Deputada Rosa

Amorim Deputado Sileno

Guedes Deputada Simone

Santana Deputada Socorro

Pimentel Deputado

Waldemar Borges

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
Constituição 3
Composição 3
1. INTRODUÇÃO 4
1.1 Contribuições do Movimento LGBT Leões do Norte para a construção da Frente.5
1.2 Apanhado histórico sobre a primeira Frente Parlamentar pela Cidadania LGBTQIAPN+ em Pernambuco 6
2. ATIVIDADES 8
Reunião de instalação 8
1ª Reunião Ordinária 13
2ª Reunião Ordinária – Encontro Regional no Sertão de Pernambuco/Salgueiro 20
3ª Reunião Ordinária – Encontro Regional na Mata Sul de Pernambuco/Palmares ... 24
4ª Reunião Ordinária – Encontro Regional no Agreste de Pernambuco/Belo Jardim 30
5ª Reunião Ordinária – Encontro Regional na Mata Norte de Pernambuco/Goiana... 34
3. CONCLUSÕES 39
3.1 Diagnóstico das principais demandas apresentadas 39
3.2 Recomendações e Encaminhamentos 41
3.3 Produtos da Frente Parlamentar 43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 46
ANEXO 48

APRESENTAÇÃO

Constituição

Esta Frente Parlamentar tem origem no Requerimento nº 4009/2025, de autoria do Deputado João Paulo do PT, aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe) no dia 09 de setembro de 2025.

O prazo de funcionamento da Frente Parlamentar é de até 2 anos a partir da sua instalação, podendo ser renovável, por igual período, até o limite da legislatura, nos termos do art. 361 do Regimento Interno da Alepe (Resolução nº 1.891, de 18 de janeiro de 2023).

Composição

Na forma do § 4º do art. 359 do Regimento Interno da Alepe, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Álvaro Porto, deferiu o Requerimento nº 4009/2025, por meio do Ato nº 655/2025, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Legislativo em 09 de setembro de 2025, designando os seguintes membros para compor a Frente Parlamentar[1]:

Deputada Dani Portela	PT
Deputada Débora Almeida	PSD
Deputado Doriel Barros	PT
Deputado Francismar Pontes	PSB
Deputado Izaías Régis	PSD
Deputado Jarbas Filho	PSD
Deputado João de Nadegi	PV
Deputado João Paulo do PT	PT
Deputada Rosa Amorim	PT
Deputada Simone Santana	PSB
Deputada Socorro Pimentel	PSD
Deputado Waldemar Borges	PSB

Por meio do Ofício nº 10.527/2025, de 10 de setembro de 2025, do Deputado João Paulo do PT, foi solicitada a inclusão do Deputado Sileno Guedes (PSB) como membro da Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ em Pernambuco.

[1] As filiações partidárias dos membros foram atualizadas.

1. INTRODUÇÃO

A instalação da Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ na Assembleia Legislativa de Pernambuco, de autoria do deputado João Paulo do PT, decorreu das demandas apresentadas pelo Movimento LGBT Leões do Norte e pela Rede LGBT do Interior. Mais do que um espaço de debate, o colegiado nasceu com a missão inadiável de dar voz institucional à comunidade, transformando as demandas por cidadania, respeito e dignidade em avanços institucionais, legislações protetivas e ações concretas.

Essa atuação parlamentar reveste-se de extrema urgência diante do alarmante cenário de violência que atinge a comunidade. Segundo dados do Relatório Global *Trans Murder Monitoring* (TMM), o Brasil figura, há mais de uma década, como o país que mais registra assassinatos de travestis e pessoas transexuais no mundo, em números absolutos[2]. O Atlas da Violência corrobora essa gravidade, apontando que, entre 2014 e 2023, os registros de violência contra homossexuais e bissexuais cresceram 1.193%, enquanto os casos contra travestis aumentaram 2.340%.[3]

Em Pernambuco, a escalada letal acompanha a tendência nacional. Segundo o Dossiê ANTRA 2026, o estado ocupou o 2º lugar no país com o maior número absoluto de assassinatos dessa população em 2025. A situação pode ser ainda mais preocupante diante do quadro de subnotificação institucional e invisibilidade, sobretudo nas regiões do interior, o que dificulta a construção de um diagnóstico preciso e, consequentemente, o planejamento de políticas públicas eficazes.

Diante das lacunas deixadas pela omissão do Estado, iniciativas da sociedade civil têm assumido o protagonismo do monitoramento, a exemplo do aplicativo Rugido, plataforma desenvolvida pelo Movimento LGBT Leões do Norte e pela Rede LGBT do Interior de Pernambuco, que se tornou decisiva para registrar, mapear e encaminhar as ocorrências de violência contra a população LGBTQIAPN+ no estado.

Para além da violência cotidiana, essa população enfrenta vulnerabilidade jurídica e institucional. A escassez de legislações protetivas expressas e de orçamentos contínuos

[2] ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília: ANTRA, 2026. Disponível em: < https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 10/06/2026.
[3] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da Violência 2024. Brasília: IPEA/FBSP, 2024.

mantém a comunidade em uma grave lacuna normativa, exigindo do Supremo Tribunal Federal atuações reiteradas para garantir direitos básicos e suprir a omissão do Estado.

Nesse contexto, a instalação da Frente Parlamentar pelos Direitos LGBTQIAPN+ na Assembleia Legislativa de Pernambuco representa uma resposta institucional inadiável às demandas históricas da sociedade civil organizada e aos indicadores que apontam a necessidade de ações estruturadas. A Frente teve como objetivo articular ações entre o poder público e a sociedade civil, fomentar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas, fortalecer mecanismos de fiscalização e garantir a proteção, promoção e efetividade dos direitos fundamentais dessa população.

Com esse propósito, foram realizadas audiências públicas itinerantes nas diversas regiões do estado. Promovidos em parceria direta com o Movimento LGBT Leões do Norte e com a Rede LGBT do Interior, esses encontros viabilizaram a escuta ativa e o mapeamento das demandas, desafios e propostas prioritárias da população.

A Frente Parlamentar materializa, portanto, o compromisso do Poder Legislativo estadual com a defesa dos direitos humanos, a promoção da diversidade e a garantia da igualdade de direitos.

1.1. Contribuições do Movimento LGBT Leões do Norte para a construção da Frente

Ao longo de seus 25 anos de trajetória, o Movimento LGBT Leões do Norte consolidou sua atuação com base em princípios como a participação social, a construção coletiva, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento do controle social das políticas públicas. Esses valores orientaram sua contribuição para a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Desde o início do processo, o Movimento defendeu que a constituição da Frente Parlamentar resultasse de um processo democrático, participativo e representativo, construído em diálogo permanente com a sociedade civil organizada.

As escutas regionais foram alicerces para a construção desse espaço legislativo de participação social, ao possibilitar a incorporação das diversas realidades, demandas, desafios e propostas apresentadas pelos diferentes territórios pernambucanos. Essa metodologia fortaleceu a legitimidade da Frente Parlamentar, ampliou os mecanismos de participação popular e reafirmou o entendimento de que as políticas públicas destinadas

à população LGBTQIA+ devem ser formuladas de forma descentralizada, participativa e sensível às especificidades regionais.

A frente parlamentar contou com a participação fundamental do Movimento LGBT Leões do Norte. Além de contribuir com as discussões institucionais e com a elaboração da metodologia das escutas, a organização fez articulações junto ao Poder Legislativo e aos movimentos sociais, facilitando diálogos com entidades da sociedade civil e a consolidação de uma agenda permanente voltada à promoção, proteção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+ em Pernambuco.

Outro aspecto que merece destaque é a significativa contribuição do Movimento para fortalecer o diálogo entre o Parlamento e a sociedade civil, ampliando a participação de sujeitos historicamente invisibilizados nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Essa atuação reafirma a importância da incidência política dos movimentos sociais como elemento estruturante para o aprimoramento da democracia participativa e para a efetivação dos direitos humanos.

É igualmente imprescindível registrar e homenagear a trajetória de Sandro Cipriano, Patrono da Diversidade da Frente Parlamentar, cuja história de vida, militância e compromisso com a justiça social constituem parte fundamental da memória do movimento LGBTQIA+ pernambucano. Seu legado permanece como referência para as novas gerações de ativistas e inspira a continuidade da luta pela promoção da cidadania, da igualdade, do respeito à diversidade, da democracia e da participação popular.

O reconhecimento dessas contribuições é essencial para preservar a memória da construção da Frente Parlamentar e das Escutas Regionais, valorizando o protagonismo das organizações da sociedade civil que tornaram possível esse processo coletivo. Registrar essa trajetória significa reconhecer que os avanços na promoção e garantia dos direitos da população LGBTQIA+ em Pernambuco são resultado da mobilização social, do diálogo permanente e da construção compartilhada entre os movimentos sociais, o Poder Legislativo e as demais instituições públicas.

1.2. Apanhado histórico sobre a primeira Frente Parlamentar pela Cidadania LGBTQIAPN+ em Pernambuco

Importante registrar que a instalação, na Alepe, da primeira Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, como foi denominada, ocorreu em setembro de 2009 e constituiu um marco histórico para o reconhecimento, a promoção e a defesa dos direitos da

população LGBT no âmbito do Poder Legislativo estadual. Criada durante a XIV Legislatura, por iniciativa do então deputado estadual Isaltino Nascimento, a Frente contou com a adesão de outros 15 parlamentares, reunindo diferentes representações partidárias em torno do compromisso de enfrentar o preconceito, a discriminação e as diversas formas de violência direcionadas a questões de orientação sexual e de identidade de gênero.

Naquele período, a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ainda enfrentava profunda invisibilidade institucional, além da ausência de legislação e de políticas públicas capazes de responder adequadamente às suas demandas. A instalação da Frente Parlamentar representou, portanto, uma importante conquista política e simbólica, ao inserir oficialmente essa pauta na agenda da Assembleia Legislativa de Pernambuco e reconhecer que a garantia da cidadania LGBT deveria ser assumida como responsabilidade do Estado e compromisso permanente das instituições democráticas.

A criação da Frente também possibilitou a abertura de um canal institucional de diálogo entre o Parlamento, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Representantes de diferentes entidades participaram do momento de instalação, apresentando denúncias, reivindicações e propostas relacionadas à realidade vivenciada pela população LGBT. Entre as questões destacadas estavam a criminalização da homofobia, o reconhecimento do nome social de travestis e pessoas transexuais, a garantia do direito à doação de sangue, à adoção de crianças e adolescentes e ao reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Outro aspecto relevante foi a preocupação com os elevados índices de violência registrados em Pernambuco. As manifestações apresentadas durante a instalação da Frente chamaram a atenção para os assassinatos de pessoas LGBT, frequentemente cometidos com requintes de crueldade, evidenciando a necessidade de elaboração de leis específicas, fortalecimento das políticas de proteção e responsabilização dos autores das violências. O debate demonstrou que o preconceito não poderia continuar sendo tratado apenas como uma questão individual ou comportamental, mas como um problema público que exigia respostas articuladas do Estado.

A participação de organizações representativas de gays, lésbicas, travestis e transexuais conferiu legitimidade social à iniciativa e reafirmou o protagonismo dos movimentos na construção das políticas públicas. As reivindicações apresentadas expressavam demandas concretas por dignidade, respeito, segurança, reconhecimento da identidade de gênero e acesso igualitário aos direitos. Ao acolher essas vozes, a Frente

Parlamentar contribuiu para aproximar o Poder Legislativo das experiências e necessidades reais dessa população.

Mais do que a criação de um agrupamento parlamentar, aquele momento simbolizou o rompimento de uma barreira histórica de silêncio e invisibilidade. Pela primeira vez, a Assembleia Legislativa de Pernambuco passou a contar com uma instância organizada para discutir, acompanhar e propor ações destinadas à promoção da cidadania LGBT. A iniciativa afirmou o respeito à diversidade como princípio democrático e reconheceu que a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero integra o conjunto dos direitos humanos fundamentais.

Assim, a instalação da primeira Frente Parlamentar, em 2009, deve ser compreendida como um passo pioneiro na trajetória de institucionalização da pauta LGBTQIAPN+ em Pernambuco. Seu legado permanece como referência para as iniciativas parlamentares posteriores, demonstrando que a atuação conjunta entre o Parlamento e a sociedade civil é indispensável para enfrentar desigualdades, combater todas as formas de violência e construir um Estado verdadeiramente democrático, plural, inclusivo e comprometido com a dignidade de todas as pessoas.

2. ATIVIDADES DA FRENTE PARLAMENTAR PELOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Reunião de instalação

Data: 25/09/2025

Horário: 14h

Local: Auditório Ênio Guerra

Deputados presentes: Dani Portela, João Paulo do PT e Rosa Amorim

Convidados: Fernanda Chagas (Secretaria Executiva de Promoção da Equidade Social); Rivânia Rodrigues (coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE); Jânio Barreto (secretário do Movimento LGBT Leões do Norte); Rildo Veras (Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e membro do Movimento LGBT Leões do Norte); Marcone Costa (presidente do Movimento LGBT Leões do Norte); Henrique Silva (presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco); além de representante da Defensoria

Pública, do Ministério Público, de entidades da sociedade civil organizada; e lideranças da população LGBTQIAPN+.

No dia 25 de setembro de 2025, às 14h, no Auditório Ênio Guerra, foi instalada a Frente Parlamentar pelos Direitos LGBTQIAPN+ de Pernambuco. A iniciativa, proposta pelo Deputado Joao Paulo em parceria com o Movimento LGBT Leões do Norte e com a Rede LGBT do Interior, constitui uma importante medida de fortalecimento do diálogo institucional na defesa da cidadania e dos direitos humanos no estado, simbolizando o compromisso do Poder Legislativo com o enfrentamento às desigualdades e às violências dirigidas à população LGBTQIAPN+. A solenidade teve início com apresentação cultural do Afoxé Oxum Pandá, cuja performance valorizou a ancestralidade afro-pernambucana e reforçou o papel histórico do Candomblé como espaço de resistência e acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+. O engajamento das novas gerações também marcou a abertura do evento, com o Deputado João Paulo do PT saudando a presença combativa dos estudantes do Núcleo de Estudos de Gênero Márcia Dangremon, do Ginásio Pernambucano.

Os participantes destacaram a importância histórica da criação da Frente, ressaltando que sua instalação representa não apenas um avanço institucional, mas condição indispensável para a consolidação da democracia, diante do alarmante cenário de violência contra a população LGBTQIAPN+ em Pernambuco e no Brasil.

Em sua fala, a Deputada Rosa Amorim destacou o fato de ser a primeira deputada assumidamente lésbica da Assembleia Legislativa, transformando sua presença em um ato de resistência, e enfatizou que a consolidação da democracia depende da proteção integral da população LGBTQIAPN+, alertando para a gravidade da violência estrutural que atinge o grupo.

Afirmou que a urgência dessa atuação é corroborada pelos dados: o Brasil mantém a trágica posição de país mais violento do mundo para pessoas LGBTs por 16 anos consecutivos, conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Segundo o Atlas da Violência, entre 2014 e 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais cresceram 1.193% no país; e contra travestis, 2.340%. Apenas entre 2022 e 2023, o aumento foi de 35% para homossexuais e bissexuais e 43% para pessoas trans e travestis. Em 2024, Pernambuco ocupou o sétimo lugar no Brasil em assassinatos de pessoas trans, com oito mortes registradas, de acordo com a Antra.

Os relatos também destacaram a subnotificação como fator agravante, especialmente no interior do estado, reforçando a importância de iniciativas da sociedade civil, como o aplicativo Rugido[4], que já contabiliza mais de 160 denúncias de violência.

Em seguida, foram apresentados os pilares estratégicos que orientarão o funcionamento da Frente: acompanhar e fiscalizar políticas públicas; propor legislações de proteção e promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+; articular ações entre sociedade civil, Poder Executivo e sistema de justiça; e promover iniciativas educativas e culturais de combate ao preconceito.

A mesa de instalação incluiu representantes do Ministério Público de Pernambuco, de movimentos sociais e de coletivos LGBTQIAPN+, demonstrando a amplitude da articulação institucional e comunitária. Representando o Ministério Público, as promotoras Maria José Queiroz e Alice Morais alertaram para a escassez de leis em âmbito federal e estadual que garantam os direitos dessa população, e colocaram o órgão expressamente à disposição para trabalhar em conjunto com a Frente.

O Deputado João Paulo do PT destacou a importância da Frente Parlamentar para materializar propostas legislativas concretas, direcionadas ao enfrentamento das vulnerabilidades estruturais que limitam a cidadania e a segurança da comunidade LGBTQIAPN+.

Na ocasião, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3345/2025, iniciativa legislativa apresentada pelo parlamentar, uma proposta inédita no Brasil, que determina a reserva de 3% das unidades habitacionais em programas sociais do estado para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade. Afirmou que a medida não apenas oferece uma solução emergencial, mas estabelece um precedente para que outras políticas setoriais (saúde, educação, trabalho) incorporem mecanismos similares de inclusão.

Outra iniciativa apresentada foi o Projeto de Lei nº 2784/2025, de autoria da Deputada Dani Portela, em tramitação na casa, que propõe a garantia de cotas para pessoas trans nas universidades estaduais. Essa política afirmativa é um mecanismo estratégico para a promoção do acesso à educação superior. Ao facilitar a entrada no ambiente acadêmico, a medida busca quebrar o ciclo de exclusão que limita o acesso ao mercado de trabalho formal e às oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

[4] Disponível em:< https://rugidolgbtqi.com.br/>.

Presente na mesa, a representante do governo do estado (Secretaria Executiva de Promoção da Equidade Social), Fernanda Chagas, elogiou o projeto habitacional, comprometeu-se a levá-lo ao conhecimento da governadora para fomentar a política e apresentou ações do Executivo, como a reestruturação do Centro Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia (CECH) e presença das caravanas de cidadania no interior.

Outras demandas debatidas incluíram a criação de mecanismos de proteção a casais LGBTQIAPN+ em instituições de longa permanência (Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs), combatendo a discriminação na terceira idade - uma pauta levantada com veemência por Rivânia Rodrigues, secretária da Secretaria LGBT do PT-PE, e coordenadora da Rede Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Negras Feministas (Rede Candaces), que lembrou a urgência de o Estado acolher os LGBTs idosos que hoje são rejeitados nesses espaços. Nesse sentido, defendeu a institucionalização de ações destinadas à terceira idade LGBTQIAPN+. Solicitou ainda a atuação da Frente para garantir o acesso à hormonização para pessoas trans em todo o estado.

A produtora cultural e ativista Maria do Céu agregou ao debate a denúncia sobre a discriminação cotidiana sofrida por casais LGBTs nas áreas de convivência de condomínios. Ela reivindicou o direito ao amor e à constituição de família para mulheres trans e travestis, e fez um alerta grave para os altos índices de suicídio na comunidade, frequentemente impulsionados por discursos de ódio disfarçados de valores religiosos e familiares.

Também se discutiu a necessidade de inscrever dotações específicas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do estado, garantindo que as políticas públicas avancem de forma permanente e estruturada. O secretário do Movimento LGBT Leões do Norte, Jânio Barreto, frisou o papel pedagógico da Frente Parlamentar e reforçou que as demandas da população precisam sair das estatísticas de violência para entrar efetivamente na receita pública de Pernambuco.

Uma das críticas mais contundentes feitas durante a reunião foi a centralização das políticas públicas na Região Metropolitana do Recife. Nesse sentido, a Frente Parlamentar assumiu a missão de interiorizar suas ações. Adriana Gomes (da Rede LBT Sertanejas e membro da Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco) e Gil Marciele (da Associação LGBT da Mata Sul - AMAS) fizeram falas contundentes desafiando os parlamentares a conhecerem o interior e a descentralizarem as políticas, pois é lá que os corpos trans, muitas vezes de trabalhadores rurais e

periféricos, estão sendo abandonados e exterminados sem acesso a ambulatórios ou oportunidades. Para isso, foi proposta a realização de audiências e atividades itinerantes em diferentes regiões de Pernambuco, a fim de mapear as realidades locais, ouvir as demandas específicas e descentralizar o debate e a fiscalização.

Diversas outras falas da sociedade civil e de parceiros enriqueceram o diagnóstico da reunião:

Marcone Costa, presidente do Movimento LGBT Leões do Norte, sublinhou a urgência dos trabalhos da Frente para alterar a legislação estadual, que classificou como ainda LGBTfóbica e transfóbica. Ele lembrou que a luta do movimento trata da sobrevivência imediata de corpos que não podem mais esperar por décadas para terem seus direitos assegurados.

Henrique Silva, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco (CEDPLGBTQIAP+), cobrou um olhar para a interseccionalidade, denunciando o massacre e a perseguição sistemática à população preta e LGBT nas periferias e em espaços de consumo.

Gi Carvalho, do Coletivo Mães da Resistência, lembrou que a primeira violência que o indivíduo LGBT sofre muitas vezes acontece dentro de sua própria casa, ressaltando a necessidade de desconstrução do preconceito no núcleo familiar.

Rildo Veras, da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, destacou a importância de combater a "LGBTfobia indireta", aquela que se manifesta através da extrema vulnerabilidade social das vítimas.

Daniele, mulher trans, expôs o cotidiano de desrespeito em delegacias (não aceitação do nome social) e exigiu soluções para a falta de documentação de mulheres trans em situação de rua, o que as impede de acessar aluguéis e o próprio Bolsa Família.

Maicon Chaves, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), repudiou a violência política e a proliferação de discursos de ódio dentro das casas legislativas, frequentemente justificados por uma pretensa imunidade parlamentar.

A iniciativa pernambucana contou com o endosso de lideranças internacionais por meio da presença de Dário Alves e Ari Veras, ambos co-secretários regionais da ILGALAC (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos para a América Latina e o Caribe). Em sua fala, o argentino Dário Alves ressaltou o papel estratégico e fundamental dos parlamentos locais na garantia de direitos e celebrando a criação da Frente como a conquista de uma aliança em um espaço institucional

historicamente hostil. Complementando a fala, a mexicana Ari Veras afirmou que, em muitos outros contextos, é quase "impensável" formar uma articulação política favorável a pessoas LGBT, parabenizando a Frente Parlamentar pernambucana por se organizar e considerando-a um exemplo a ser seguido em toda a América Latina.

Os membros assumiram o compromisso de a Frente atuar como espaço de denúncia e resistência ao discurso de ódio e à violência política, especialmente diante da oposição explícita à sua criação, manifestada por setores conservadores do Parlamento.

Ao final da reunião, foram definidos encaminhamentos imediatos para o início dos trabalhos: adoção da metodologia de escuta ativa, com relatos diretos de violações sofridas; elaboração de um cronograma de audiências públicas itinerantes para interiorizar o debate; formulação de um documento diagnóstico com propostas concretas a ser entregue em até um ano.

O coordenador-geral da Frente, Deputado João Paulo do PT, encerrou o encontro destacando que a iniciativa inaugura um processo contínuo de vigilância, diálogo e formulação de políticas, reiterando o compromisso de transformar a luta da população LGBTQIAPN+ em prioridade efetiva da ação legislativa em Pernambuco.

1ª Reunião Ordinária

Data: 04/12/2025

Horário: 15h

Local: Auditório Ênio Guerra

Parlamentares presentes: Dani Portela, João Paulo do PT, Rosa Amorim e a Vereadora Jô Cavalcanti.

Convidados: Renata Farias (superintendente de Promoção da Equidade Social); Henrique Silva (presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco); Rivânia Rodrigues (coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE); Tarcilla Guilbert (representante do Grupo Liberdades de Goiana, e coordenadora do Ambulatório de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ de Goiana); Jânio Barreto (secretário do Movimento LGBT Leões do Norte); Rildo Veras (Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e membro do Movimento LGBT Leões do Norte); além de representantes dos movimentos sociais, de organizações da sociedade civil e lideranças da população LGBTQIAPN+.

A 1ª reunião ordinária da Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ em Pernambuco marcou o início efetivo das atividades do colegiado, consolidando o compromisso institucional da Assembleia Legislativa de Pernambuco com a promoção da cidadania, da dignidade humana e da proteção integral da população LGBTQIAPN+. Realizada no Auditório Ênio Guerra, a reunião reuniu parlamentares, representantes do Poder Executivo, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e lideranças históricas da pauta LGBTQIAPN+ no estado.

Durante a abertura dos trabalhos, o Deputado João Paulo do PT destacou que a Frente Parlamentar nasce como instrumento de articulação política, fiscalização e construção legislativa voltada ao enfrentamento da violência, da discriminação e das desigualdades estruturais que atingem a população LGBTQIAPN+ em Pernambuco. O parlamentar ressaltou os dados alarmantes relativos à violência contra pessoas trans e travestis no estado, enfatizando a necessidade de atuação integrada entre Poder Legislativo, movimentos sociais e órgãos governamentais.

Na ocasião, foram apresentados os principais objetivos institucionais da Frente Parlamentar, entre eles o acompanhamento das políticas públicas estaduais, a formulação de iniciativas legislativas de proteção e promoção de direitos, a interiorização das ações institucionais e o fortalecimento da participação social.

A Deputada Dani Portela ressaltou a relevância da previsão orçamentária para a efetivação das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, e defendeu a transversalidade das ações governamentais nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho e renda. A deputada trouxe dados alarmantes, pontuando que no ano de 2024 foram registrados 80 casos de LGBTfobia em Pernambuco e que, apenas no primeiro semestre deste ano, já somavam 75 casos notificados. Ela criticou o fato de que, a maioria das ações do governo do estado voltadas à pauta foca nas consequências da violência, havendo poucas ou nenhuma voltada à geração de emprego e renda. A parlamentar também apresentou iniciativas legislativas de sua autoria, como o a Lei nº 18.751/2024, que veda práticas discriminatórias de identidade de gênero, orientação sexual e condição de saúde, no âmbito do esporte e do lazer; o Projeto de Lei nº 3176/2025, que institui o Estatuto da Pessoa Intersexo no Estado de Pernambuco; e a Lei nº 18.258/2023, que promove dignidade menstrual inclusiva, ao estabelecer o Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiênicos de Pernambuco, para todas as pessoas que menstruam.

A Deputada Rosa Amorim enfatizou o caráter histórico da reunião e de sua própria presença como a primeira deputada assumidamente lésbica da Casa, ressaltando que a existência da Frente Parlamentar representa um compromisso concreto com a promoção de direitos e o enfrentamento aos retrocessos impostos pelo avanço do conservadorismo e da extrema direita. Também destacou a trajetória do Movimento LGBT Leões do Norte, reconhecendo sua contribuição histórica de 25 anos para a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ em Pernambuco. A parlamentar destacou a necessidade de a pauta LGBTQIAPN+ estar inserida no orçamento do Estado e do país, como definido na última Conferência Nacional LGBTQIAPN+, que deliberou a participação orçamentária como prioridade da categoria.

Rosa Amorim também apresentou projetos de lei do seu mandato, como o Projeto de Lei nº 904/2023, que destina recursos do Fundo Estadual do Trabalho para a população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade; e o Projeto de Lei nº 902/2023, que estabelece penalidades administrativas aplicáveis em razão de LGBTQI+fobia em banheiros, vestiários e assemelhados, nos espaços públicos e estabelecimentos comercias no âmbito do estado de Pernambuco.

A representante do governo do estado, Renata Farias, superintendente de Promoção da Equidade Social, fez uso da palavra para defender as ações do Executivo. Ela destacou a realização das conferências LGBTQIAPN+ no estado, com 5 etapas regionais (Agreste, Sertão, Zona da Mata Sul e Norte, e Região Metropolitana) além das etapas municipais. Ressaltou ainda a promoção de caravanas de cidadania no interior, a reestruturação e contratação de profissionais para o Centro Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia (CECH), além da formação continuada para as polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros

O presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco (CEDPLGBTQIAP+), Henrique Eduardo Silva, apresentou um conjunto de críticas à condução das políticas públicas estaduais voltadas à população LGBTQIAPN+, especialmente no que se refere à ausência de diálogo institucional e à falta de transparência por parte do governo do estado.

Henrique destacou ainda que a realização das Conferências Estaduais destinadas à formulação das diretrizes do Plano Estadual somente ocorreu após provocação do Ministério Público de Pernambuco pelo Conselho Estadual, diante da ausência de iniciativa do governo do estado. Ressaltou que as conferências foram realizadas apenas no prazo limite estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas

LGBTQIA+. Também enfatizou que as discussões preparatórias e a interiorização do debate ocorreram majoritariamente por iniciativa dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e não por ação coordenada do governo estadual.

O presidente do Conselho registrou preocupação com a ausência de apresentação, até a presente data, do relatório final consolidado das conferências estaduais, documento que deveria reunir as propostas, deliberações e diagnósticos construídos coletivamente nas regiões do Estado de Pernambuco. Destacou, ainda, o atraso na elaboração do Plano Estadual de Gestão e Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+, instrumento considerado essencial para a consolidação de políticas públicas estruturadas e permanentes no estado.

Durante sua fala, Henrique também afirmou que o atual governo do estado não mantém diálogo institucional permanente com os representantes da pauta LGBTQIAPN+, relatando dificuldades de acesso dos movimentos sociais e do próprio Conselho Estadual aos espaços formais de interlocução com a gestão estadual. Além disso, ressaltou que não foram apresentados dados ou prestações de contas relativas às ações governamentais direcionadas à população LGBTQIAPN+, especialmente no que se refere à execução orçamentária e às políticas públicas desenvolvidas no âmbito estadual.

Diante desse cenário, o presidente informou que os integrantes do Conselho Estadual deliberaram pela suspensão temporária das atividades do colegiado, como forma de protesto institucional diante da ausência de diálogo e da falta de avanços concretos na implementação das políticas públicas. Segundo relatado, o Conselho somente retomará plenamente suas atividades mediante a construção de uma relação institucional efetiva e colaborativa com o governo do estado, baseada no diálogo, na transparência e no compromisso com a promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+ em Pernambuco.

Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, compartilhou os avanços do Centro de Referência Cidadania LGBT+, destacando parcerias com agências de trabalho para recrutamento formal de pessoas trans e a implementação de cursos de qualificação em informática básica para a população LGBT idosa, mídias sociais para empreendedores LGBTe formação para inscrições em editais de cultura, importante para a população LGBT que faz arte.

Ao longo da reunião, representantes da sociedade civil apresentaram diagnósticos e demandas diversas relacionadas à pauta.

Rivânia Rodrigues (coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE) enfatizou a necessidade de pensar no envelhecimento da população, cobrando que as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) do estado passem a acolher e respeitar casais LGBTQIAPN+, além de exigir políticas específicas para LGBTs no sistema prisional.

Tarcilla Guilbert (representante do Grupo Liberdades de Goiana, e coordenadora do ambulatório LGBTQIAPN+ da cidade de Goiana) destacou a existência de ambulatório especializado voltado ao atendimento da população LGBTQIAPN+ no município, ressaltando a importância da iniciativa para a garantia do acesso à saúde integral, especialmente da população trans. Durante sua intervenção, enfatizou que a estrutura representa um importante avanço para a região, sobretudo diante das dificuldades historicamente enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ no acesso a serviços públicos de saúde especializados e humanizados.

Em sua fala, também chamou atenção para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de educação e qualificação profissional destinadas às mulheres trans e travestis, destacando que aproximadamente 70% dessa população não concluiu o ensino médio. Segundo relatado, a baixa escolarização constitui um dos principais fatores de exclusão social e econômica, dificultando significativamente o acesso ao mercado formal de trabalho e contribuindo para a manutenção de ciclos de vulnerabilidade social, precarização laboral e exposição à violência.

A vereadora Jô Cavalcanti destacou que seu mandato coletivo na Assembleia Legislativa de Pernambuco elaborou a Lei nº 16.851/2020, que assegura o direito das unidades familiares homossexuais à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado de Pernambuco. Segundo ela, a iniciativa buscou assegurar igualdade de acesso às políticas públicas de moradia, promovendo o reconhecimento da dignidade, da cidadania e dos direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+.

Apresentou ainda outras duas leis criadas por seu mandato, a instituição do Dia Estadual da Visibilidade Bissexual, por meio da Lei Estadual nº 17.239/2021, bem como a criação do Dia Estadual da Visibilidade Lésbica, incluído no calendário oficial do estado por meio da Lei Estadual nº 17.227/2021. A vereadora ressaltou que o reconhecimento institucional dessas datas representa instrumento importante para estimular o debate público, ampliar a visibilidade das pautas LGBTQIAPN+ e fortalecer a construção de políticas públicas voltadas à garantia da cidadania e da igualdade de direitos.

O secretário de articulação social do Movimento LGBT Leões do Norte, Jânio Barreto, alertou para a fragilidade institucional do Plano Estadual de Políticas de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+ (Pernambuco da Diversidade), que é regulamentado por decreto e não por lei, tratando-se, portanto, de uma política de governo e não de Estado.

Jânio falou da relevância histórica de Pernambuco no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, ressaltando que o estado foi o primeiro do Nordeste a instituir uma política de saúde específica para esta população, a Política Estadual de Saúde Integral LGBT.

Durante sua intervenção, o secretário ressaltou que, apesar da vanguarda, ainda persistem grandes desafios relacionados à efetiva implementação e interiorização das políticas públicas de saúde destinadas à população LGBTQIAPN+. Destacou que o serviço público de saúde tem apenas 4.072 pessoas LGBTQIAPN+ cadastradas no estado. Nesse sentido, defendeu a necessidade de descentralização da política estadual de saúde, de forma a garantir que os serviços especializados, os protocolos de atendimento e as ações de promoção da cidadania cheguem de maneira efetiva aos municípios do interior de Pernambuco.

Rildo Veras (vice-presidente do Movimento LGBT Leões do Norte e membro da Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco) criticou o descumprimento parcial da Lei Estadual nº 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, a divulgação de relatório diagnóstico, e o envio do relatório anual à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. A lei estabelece que as estatísticas devem conter diagnóstico sobre a população LGBTQIA+ com informações acerca do perfil social, econômico, étnico-racial, cultural e demográfico dos residentes no Estado de Pernambuco, com vistas à criação e implementação posterior de políticas públicas, de caráter intersetorial, para esse segmento social.

No entanto, Rildo afirmou que a Secretaria de Defesa Social (SDS) tem apenas divulgado tabelas genéricas, sem realizar o levantamento social e criminológico exigido por lei sobre as motivações e o perfil das violências. Destacou, ainda, a exigência legal de envio de relatório anual para a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. O

representante alertou que esta deve ser uma pauta de cobrança da Frente Parlamentar, para que a lei seja cumprida em sua totalidade.

Veras também cobrou a expansão urgente do Centro de Combate à LGBTfobia com ao menos um centro por região do estado, especialmente no Agreste e no Sertão. Destacou a necessidade de programas de abrigamento para a população LGBTQIAPN+ vitimada e ameaçada. O representante defendeu a importância de instituir uma disciplina específica sobre direitos LGBTQIAPN+ na matriz curricular dos agentes de segurança pública, e de garantir o pleno funcionamento do Sistema de Informações Policiais (Infopol)[5] em todas as delegacias, com atendentes preparados para perguntar e registrar questões relativas à orientação sexual, identidade de gênero e vulnerabilidade social da população LGBTQIAPN+ vítimas de violência. Segundo Rildo, em muitas delegacias as perguntas relativas à sexualidade não são consideradas. Defendeu também que as delegacias atendam à portaria estadual[6] que define o que é violência LGBT direta e indireta, para que as violências indiretas também sejam consideradas.

Durante as escutas, representantes da sociedade civil pontuaram questões essenciais para a pauta LGBTQIAPN+, como a urgência de a Frente Parlamentar debater a saúde mental dessa população, lembrando que os abusos emocionais são sofridos desde a infância, inclusive no ambiente familiar.

Em seguida, Vander, ex-coordenador de política LGBT e ex-presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do Cabo de Santo Agostinho, relatou sua experiência de ter presenciado diversas violações aos direitos de jovens LGBTs, tanto em situação de abrigamento quanto no sistema socioeducativo (reclusos). Ele denunciou a ausência de um Conselho LGBT em seu município e propôs dois encaminhamentos centrais à mesa: a realização de um mapeamento estadual da população LGBTQIAPN+, considerado fundamental para embasar o direcionamento de políticas públicas efetivas, e a criação de um observatório permanente.

Lilian Fonthinelly, mulher trans negra, coordenadora estadual do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (Fonatrans) alertou para o abandono das

[5] O Infopol (Sistema de Informações Policiais) é o banco de dados oficial da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), utilizado pelas Polícias Civil, Militar e Científica para registrar Boletins de Ocorrência, gerir inquéritos e monitorar indicadores criminais em todo o estado.

[6] A Portaria Conjunta SEDSDH/SDS/SAG nº 4818/2013, que dispõe sobre o conceito de homofobia necessário à sistematização e mensuração dos dados oficiais de crimes ou violações de direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Estabelece ainda as definições oficiais de homofobia direta e indireta no Estado de Pernambuco, com o objetivo de padronizar a mensuração de dados de violência e crimes contra a população LGBT+.

mulheres trans redesignadas, que após a cirurgia de afirmação de gênero sofrem com a falta de acompanhamento na rede SUS, enfrentando negativas de atendimento de ginecologistas, que alegam falta de conhecimento para atender pacientes com neovaginas.

Nanci Feijó, da Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS), liderança histórica do movimento, relembrou as lutas iniciais nas ruas do Recife e fez um apelo sobre a necessidade de se cuidar da saúde mental das ativistas idosas. Além disso, cobrou atenção para o Mês Vermelho, propondo a criação de uma frente parlamentar ou articulação específica voltada ao combate e prevenção do HIV/AIDS.

O debate também contou com a contribuição de Cléber Ferreira, secretário-geral da ABGLT, que denunciou a persistência da LGBTfobia no ambiente escolar, relatando as dificuldades de educadores em debater o tema nas salas de aula. Ele também endossou a urgência de retomar políticas de prevenção combinada e o enfrentamento à sorofobia, diante do aumento de casos de HIV no país.

Como encaminhamento da reunião, a Deputada Rosa Amorim propôs que a Frente Parlamentar formalize um Pedido de Informação ao Governo do Estado referente ao orçamento e às políticas públicas destinadas à população LGBTQIAPN+, além de cobrar a imediata apresentação do Relatório da Conferência Estadual LGBT. Complementando a proposta, o Deputado João Paulo do PT solicitou aos representantes do governo do estado que as informações sejam enviadas à Frente Parlamentar antecipadamente, antes mesmo da formalização do Pedido de Informação, considerando essa atitude um gesto político significativo.

Também foi proposto cobrar do governo o cumprimento da Lei Estadual nº 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, do envio do relatório à CCDHPP previsto na norma.

Por fim, foi consolidado o calendário de reuniões descentralizadas da Frente Parlamentar, prevendo encontros regionais nos municípios, com o objetivo de ampliar o processo de escuta social e fortalecer a interiorização das políticas públicas.

2ª Reunião Ordinária – Encontro Regional no Sertão de Pernambuco/Salgueiro

Data: 20/03/2026

Local: Câmara Municipal de Salgueiro

Parlamentares presentes: João Paulo do PT; Fabinho Lisandro, Prefeito de Salgueiro; Vereador Léo Parente, presidente da Câmara Municipal de Salgueiro; e os vereadores Mael do Divino e Flavinho Barros.

Convidados: Sérgio Vieira (secretário executivo de Promoção da Equidade Social do Governo de Pernambuco); Adriana Gomes (representante da Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Sertanejas e da Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco); Henrique Silva (Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco); Rivânia Rodrigues (do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE); Rildo Veras (Coordenação Colegiada da Rede LGBT do de Pernambuco e membro do Movimento LGBT Leões do Norte); Paizinha Patriota (secretária de Desenvolvimento Social de Salgueiro); além de representantes da sociedade civil e movimentos sociais.

A 2ª reunião ordinária da Frente Parlamentar foi realizada no município de Salgueiro, no Sertão de Pernambuco, consolidando o processo de interiorização das atividades do colegiado e fortalecendo o diálogo entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo, os movimentos sociais e a população LGBTQIAPN+ da região sertaneja.

Na abertura dos trabalhos, o Deputado João Paulo do PT destacou que a realização das reuniões regionais representa estratégia fundamental para construção de políticas públicas alinhadas às realidades locais, permitindo a escuta direta das demandas da população LGBTQIAPN+ no interior do estado.

O secretário executivo de Promoção da Equidade Social do Governo de Pernambuco, Sérgio Vieira, destacou como fundamental o processo de descentralização e interiorização das políticas públicas. Ele relatou a retomada do diálogo com o Conselho Estadual e a aprovação do Plano Estadual da Política LGBT. Como ações concretas de sua gestão, anunciou as primeiras retificações de nome realizadas no Sertão pelo serviço Balcão de Direitos, bem como a aprovação, no conselho competente, da compra de enxovais e vagas em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) destinadas à população LGBT em situação de vulnerabilidade. Vieira também informou sobre a criação de um concurso de redação nas escolas estaduais sobre temas de violação de direitos humanos, visando à publicação de um livro.

Adriana Gomes, representante da Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Sertanejas e da Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, fez um discurso contundente reivindicando que a população sertaneja seja efetivamente

incluída nas políticas públicas e leis do estado. Enfatizou que a população LGBTQIAPN+ do Sertão precisa ser assistida de forma integral na saúde e na educação. Destacou também a importância da descentralização prática dos serviços e criticou a desigualdade regional, citando o fato de mulheres trans na capital terem acesso a tratamentos e hormonização, enquanto no Sertão não há ambulatórios estaduais adequados nem acompanhamento psicológico. Relatou que o ambulatório existente é o de Serra Talhada, mas por ser um equipamento municipal, não consegue atender a toda a demanda do Sertão.

Em resposta ao apelo, o Deputado João Paulo do PT afirmou que já apresentou uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para que recursos financeiros sejam garantidos no orçamento para a execução das políticas direcionadas à população LGBTQIAPN+.

Henrique Silva, Presidente do Conselho Estadual LGBTQIAPN+ de Pernambuco, abriu sua fala esclarecendo que o Conselho havia fechado suas portas extraoficialmente por falta de diálogo e acesso ao governo do estado; no entanto, ressaltou que, com a chegada do novo secretário executivo, o diálogo foi restabelecido com o compromisso de destravar as demandas da comunidade. Enalteceu a força do movimento e alertou para o desafio urgente do transfeminicídio no estado, lembrando que as mulheres trans estão morrendo também por trazerem em si a essência de serem mulheres. Ele reforçou que o Conselho está ativo, fiscalizando e atuando como uma força de resistência contra qualquer sistema que tente silenciar a população LGBTQIAPN+.

Rivânia Rodrigues, Coordenadora do Candaces e Secretária da Secretaria LGBT do PT/PE, cobrou a criação imediata de um conselho municipal em Salgueiro e defendeu a transversalidade das políticas públicas, afirmando que a pauta LGBT não pertence apenas ao rol da saúde, mas deve abranger educação, emprego e renda.

Durante as escutas da sociedade civil, diversas lideranças e representantes de cidades do Sertão apresentaram suas realidades.

Rildo Veras, membro do Movimento LGBT do Leões do Norte e da Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, questionou o governo estadual sobre como se dará, na prática, a interiorização do Centro Estadual de Combate à LGBTfobia. Também cobrou diálogo com a Secretaria de Defesa Social (SDS) para o cumprimento da Lei Estadual nº 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+.

Darlene Close, ativista mulher trans de Trindade, no Sertão do Araripe, denunciou a omissão do poder público frente ao recente caso de transfeminicídio em sua cidade e exigiu saúde pública no interior e oportunidades reais de emprego formal, ressaltando que mulheres trans não podem ser relegadas apenas à prostituição.

Francisco, ativista de Belém do São Francisco, destacou a atuação pioneira do conselho municipal LGBT da cidade. Aurenice, mãe de uma criança trans e ligada à ONG Mães da Resistência, compartilhou sua árdua jornada para conseguir acompanhamento de saúde em São Paulo, relatou a desinformação geral sobre crianças trans, esclarecendo que elas não fazem uso de cirurgias ou hormônios na infância, e ressaltou a necessidade de mais políticas de acolhimento no estado.

João Miranda, do coletivo Aquarius de Itacuruba, e um representante do povo indígena Tuxá, relatou que são muitas as barreiras cotidianas enfrentadas em um município pequeno, como o desrespeito ao uso do nome social, inclusive no falecimento, e a falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Erick, coordenador da Política da Diversidade de Serra Talhada, abordou os desafios do ambulatório LGBT de seu município, apontando que, apesar da boa vontade da gestão local, a unidade enfrenta problemas financeiros e estruturais, necessitando urgentemente de mais apoio estadual.

José Cidão, militante de Salgueiro, ressaltou o papel essencial das religiões de matriz africana no acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+ expulsas de casa, do mercado de trabalho e das igrejas. Ele conclamou a comunidade a ocupar espaços de poder na política para mostrar que a população tem propostas e pautas para além da dor e do lamento, destacando a importância da criação de um Conselho Municipal em Salgueiro, com a participação horizontal e ativa da sociedade civil.

Representantes de outras cidades, como Ednilson (Petrolândia), Davi (Araripina) e Jonathan Januário (Parnamirim), reforçaram as lacunas regionais e a invisibilidade da pauta nos municípios. Ednilson alertou para a necessidade de a comunidade analisar a conjuntura política na escolha de seus representantes, lamentando que a população LGBT local seja lembrada apenas em períodos eleitorais. Jonathan citou a conquista histórica de ter uma mulher trans à frente da pasta LGBT em Parnamirim, mas cobrou a capacitação de servidores do SUS e a criação de ambulatórios trans regionais. Davi, presidente da Associação Vozes do Sertão (que atende os nove municípios do Araripe), destacou o trabalho de sua associação voltado à empregabilidade e à retificação de nomes de pessoas

trans, e pediu apoio ao Estado para essa causa. Destacou ainda a necessidade urgente da existência de pelo menos um ambulatório trans no Sertão do Araripe.

Durante os debates, foram apresentados dados relacionados à violência LGBTfóbica e às dificuldades enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ no acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à assistência social. Os participantes ressaltaram a persistência da subnotificação das violações de direitos, especialmente nos municípios do interior, bem como a necessidade de fortalecimento das redes de proteção social.

Representantes do governo do estado apresentaram iniciativas voltadas à promoção da cidadania LGBTQIAPN+, entre elas a interiorização do Balcão de Direitos, ações de capacitação de servidores públicos, políticas educacionais de prevenção às violações de direitos.

As intervenções da sociedade civil enfatizaram a necessidade de criação de ambulatórios regionais especializados, ampliação do acesso à saúde integral da população trans, fortalecimento dos conselhos municipais, garantia de orçamento específico para políticas públicas LGBTQIAPN+ e ampliação das oportunidades de emprego e geração de renda.

Como deliberações, foram aprovados encaminhamentos voltados à elaboração de relatório consolidado da audiência, apresentação de iniciativas legislativas destinadas à proteção institucional da população LGBTQIAPN+, fortalecimento da participação social e incentivo à criação de conselhos municipais e ambulatórios especializados no interior do estado.

3ª Reunião Ordinária – Encontro Regional na Mata Sul de Pernambuco/Palmares

Data: 17/04/2026

Local: Câmara Municipal de Palmares

Parlamentares presentes: João Paulo do PT e Deputada Rosa Amorim.

Convidados: Henrique Silva (Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco); Rivânia Rodrigues (coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE); Suellen Nogueira (superintendente de Promoção da Equidade Social); Rildo Veras (Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e membro do Movimento LGBT Leões do Norte); Marina Freire (consultora legislativa da Alepe); Rita Nascimento (liderança feminista e

representante da União Brasileira de Mulheres - UBM); Vitória Lopes (estudante e cordelista); representantes do Poder Legislativo municipal (incluindo a procuradoria da Câmara de Palmares); além de integrantes da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, da Associação LGBT da Mata Sul e lideranças de coletivos locais.

A 3ª reunião ordinária da Frente Parlamentar ocorreu no município de Palmares, na Mata Sul pernambucana, dando continuidade ao processo de interiorização das atividades do colegiado e ampliando o diálogo institucional com os movimentos sociais, lideranças regionais e representantes do poder público local.

Na abertura da reunião, o coordenador-geral, o Deputado João Paulo do PT ressaltou a importância estratégica do município de Palmares para a consolidação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ na Mata Sul de Pernambuco. O parlamentar também buscou registrar a presença de representantes da prefeitura local e do legislativo municipal, reforçando a necessidade de articulação com os poderes constituídos.

Em seguida, apresentou iniciativas legislativas de seu mandato protocoladas na Assembleia Legislativa: o Projeto de Lei nº 3964/2026, que inclui a reserva de vagas para pessoas trans e travestis em contratos públicos e concursos estaduais; o Projeto de Lei nº 4092/2026, que institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Discriminação e à Violência contra a População LGBTQIAPN+ no Ambiente Escolar; e o Projeto de Lei nº 33/2026, uma proposta de emenda à Constituição para instituir o Orçamento de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+, medida inédita no país, que coloca Pernambuco na vanguarda nacional da concretização dessas políticas.

A primeira intervenção da mesa foi realizada por Rivânia Rodrigues, coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE, que celebrou a interiorização da Frente Parlamentar, destacando a importância de descentralizar as discussões da capital para ouvir as reais demandas da população que vive no interior. Ela enalteceu o esforço conjunto dos parlamentares aliados na defesa da pauta e relembrou os avanços históricos promovidos pela gestão do Deputado João Paulo do PT na Prefeitura do Recife, como a pensão homoafetiva e as legislações contra a discriminação, ressaltando, a necessidade urgente de atualização dos valores das multas municipais previstas nos casos de infração.

Aprofundando o debate, a coordenadora defendeu que a pauta LGBTQIAPN+ não se resume a manifestações culturais, exigindo que as políticas públicas sejam estruturais

e transversais. Ela cobrou a inclusão efetiva de mulheres lésbicas, bissexuais e trans no desenvolvimento econômico e no mercado de trabalho - citando o programa Chapéu de Palha como exemplo de invisibilidade – uma vez que a referida população LGBT não é contemplada, e alertou para os riscos do avanço do conservadorismo.

A Deputada Rosa Amorim falou do duro cenário de violência nacional, lembrando que o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. A parlamentar ressaltou que a comunidade vive cotidianamente com medo diante do cenário de violência, e defendeu que a reversão dessas estatísticas exige a efetivação de políticas públicas estruturantes, destacando quatro eixos prioritários de atuação para a Frente Parlamentar:

Emprego e Renda: Pontuou que a expulsão familiar e a falta de oportunidades formais de trabalho empurram dezenas de mulheres trans e travestis para a prostituição e vulnerabilidade;

Saúde Especializada: Cobrou que o Sistema Único de Saúde (SUS) esteja de portas abertas e com atendimento adequado, humanizado e focado nas especificidades do processo de transição de gênero;

Orçamento: Reafirmou que o orçamento define a verdadeira priorização do estado em relação à pauta;

Segurança e Enfrentamento ao Preconceito: Exigiu que, sendo a LGBTfobia um crime no país, as delegacias de polícia estejam preparadas e devidamente abertas para acolher denúncias e respeitar as vítimas.

Henrique Silva, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+, iniciou sua fala destacando que a principal missão da atual gestão é a interiorização das políticas públicas, reconhecendo a imensa disparidade de infraestrutura entre a capital e regiões do interior (Sertão, Agreste e Zonas da Mata). Após agradecer o apoio da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e do Movimento LGBT Leões do Norte na realização das conferências regionais, o conselheiro cobrou do governo do estado maior transparência e a publicização de dados estatísticos oficiais, alertando que, sem essas informações, não é possível formular ações governamentais efetivas.

Henrique apresentou números alarmantes do sistema prisional debatidos no último pleno do Conselho: há mais de 300 mulheres lésbicas e bissexuais (LBTs) e mais de 500 homens gays e bissexuais em regime fechado em Pernambuco. O dado mais crítico, contudo, revelou que apenas seis mulheres trans e um homem trans estão devidamente

identificados com o nome social nas unidades prisionais, evidenciando uma grave falha no respeito à identidade de gênero.

Continuando sua intervenção, o presidente do Conselho fez uma dura cobrança à gestão de Palmares pela não efetivação do Conselho Municipal LGBTQIAPN+, exigindo um compromisso formal do município para instituí-lo e oferecendo apoio do Conselho para essa estruturação. Ele revelou ainda o envio de uma nota técnica ao Governo de Pernambuco exigindo que os investimentos priorizem o interior no acesso à saúde, habitação e mercado de trabalho, fazendo um apelo para que os cursos de capacitação rompam com os estereótipos estéticos (como maquiagem e cabelos), reconhecendo a capacidade de mulheres trans de ocuparem espaços como advogadas, psicólogas e professoras.

Ao debater a fiscalização dos recursos públicos, Henrique Silva destacou a importância da atuação do Poder Legislativo juntamente com o Conselho para rastrear a aplicação das verbas destinadas à população LGBTQIAPN+.

Na sequência, a palavra foi concedida à professora Hewrya Lima, da Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, que também preside a Associação LGBT da Mata Sul - AMAS. A ativista criticou a cultura patriarcal, conservadora e colonialista da região, denunciando que são utilizados discursos religiosos e biológicos para negligenciar não apenas a comunidade LGBTQIAPN+, mas também mulheres, indígenas, pessoas com deficiência e a população rural.

Em relação às políticas locais, Hewrya fez um esclarecimento relevante: a lei que institui o Conselho Municipal LGBT de Palmares já existe, porém nunca saiu do papel por inércia da gestão pública. Em tom de cobrança, exigiu que o Poder Executivo e o Legislativo efetivem a lei do conselho e a lei de criação do ambulatório municipal de saúde LGBTQIAPN+, projeto de autoria de uma ex-vereadora da Casa.

Identificando-se como uma mulher travesti branca, a professora também denunciou o preconceito sofrido por professoras trans e travestis no ambiente escolar, que, em vez de acolher, frequentemente se torna um espaço de violência. Por fim, convocou a comunidade a ocupar de forma consciente os espaços de poder e de decisão política em Pernambuco.

O coordenador da Frente Parlamentar passou então a palavra para a representante da Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Pernambuco, responsável pela elaboração de um detalhado Estudo Técnico acerca da legislação estadual e das políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+ no estado. O parlamentar elogiou o

apanhado técnico preparado pela consultoria, ressaltando que a sistematização dessas informações é um instrumento de extrema importância para orientar o trabalho legislativo e subsidiar as propostas da Frente, bem como para identificar lacunas normativas nas áreas de saúde, segurança pública e cidadania.

Em seguida, o espaço foi concedido a Suellen Nogueira, Superintendente de Promoção da Equidade Social, que pontuou ser uma prioridade da gestão estadual estar presente nas reuniões da Frente Parlamentar no interior do estado para acompanhar as demandas e discussões. Segundo a gestora, o foco do governo é promover a integralização dos serviços e a regionalização das ações, garantindo que a população do interior tenha efetivo acesso às redes de saúde e segurança, e colocou o Poder Executivo à disposição para atuar em conjunto com o Parlamento em todos os municípios.

Dando continuidade às falas da sociedade civil, a palavra foi franqueada a Régis, militante do coletivo LGBT do Partido dos Trabalhadores (PT) e integrante da Associação LGBT da Mata Sul - AMAS, o ativista relatou que o movimento social luta há seis anos pela regularização do Conselho Municipal LGBTQIAPN+ de Palmares. Ao observar o quadro de lideranças da Câmara Municipal, lamentou que a única mulher retratada ali, justamente a autora do projeto que criou o ambulatório para a população trans, seja sistematicamente silenciada e tenha sua legislação marginalizada. Por fim, criticou o paradoxo de Pernambuco ser referência em leis que, na prática, não alteram as estatísticas de violência, concluindo que não basta criar políticas públicas, é imperativo efetivá-las para que os direitos se tornem realidade.

O procurador legislativo da Câmara de Palmares afirmou que a Lei Municipal nº 2.095/2016 institui o Conselho Municipal, mas reconheceu que a norma necessita de atualização urgente, especialmente em relação à nomenclatura utilizada e à composição do Conselho. Ele afirmou que para alteração da referida lei, o processo legislativo pode ser iniciado pelos vereadores, pelo Poder Executivo ou até mesmo por iniciativa popular - necessitando, neste último caso, da assinatura de 1% dos cerca de 60 mil habitantes de Palmares.

Neste momento, Régis interveio para atualizar o plenário sobre o estágio do projeto. Explicou que, após um processo doloroso de cobranças, a sociedade civil concluiu a reestruturação e atualização dessa lei em conjunto com o Ministério Público (estadual e municipal) e a Secretaria de Desenvolvimento Social de Palmares. O militante garantiu que a nova legislação foi construída democraticamente pela sociedade e está bem

redigida, restando apenas que a Câmara Municipal atenda à determinação já existente e a aprove.

Para esclarecer o entrave burocrático que paralisa a votação, o presidente do Conselho Estadual, Henrique Silva, interveio e explicou que há um conflito de comunicação entre as Procuradoria do Município e do Poder Legislativo local. Segundo ele, a Procuradoria do Município não enviou o projeto reformulado — que já foi, inclusive, determinado pelo Ministério Público — para a Câmara de Vereadores. Sendo assim, o procurador da Casa Legislativa não tem como dar andamento a um processo que oficialmente ainda não recebeu em mãos, evidenciando a urgência de uma cobrança direta à prefeitura para que o texto seja remetido e finalmente votado na câmara.

Para solucionar o caso, o Deputado João Paulo do PT propôs a solicitação de uma reunião direta com o prefeito de Palmares.

Representando a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a liderança feminista da Mata Sul, Rita Nascimento reafirmou o compromisso com a rede de apoio local e denunciou a profunda invisibilidade das mulheres cisgêneras e lésbicas nas políticas públicas da região. Aprofundando o debate para o âmbito educacional, celebrou a mobilização estudantil presente e fez um forte apelo por uma educação não sexista e inclusiva, alertando que as escolas locais ainda são espaços de intensa marginalização e criminalização de jovens LGBTQIAPN+. Como marco de esperança e resistência a esse cenário, ela destacou a recente inauguração do Núcleo de Diversidade e Gênero na Escola Técnica Estadual (ETE) de Palmares, espaço que atualmente coordena.

Encaminhando a reunião para o seu encerramento, o Deputado João Paulo do PT celebrou a parceria construída com os movimentos e relembrou as dificuldades enfrentadas para a própria criação da Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa. Ele ressaltou que a Frente foi aprovada pela diferença de apenas um voto, e que a mobilização popular nas galerias foi fundamental para essa vitória.

Ao final da atividade, houve apresentação cultural da estudante Vitória Lopes, vencedora do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, na categoria cordel. Vitória declamou na íntegra sua obra intitulada "Versos da Diversidade Humana".

Em resposta ao debate, o Deputado João Paulo do PT propôs um encaminhamento prático e oficial da Frente Parlamentar: o envio imediato de um ofício direcionado à presidência da Câmara Municipal, a todos os vereadores e ao prefeito de Palmares, cobrando formalmente a tramitação e a aprovação da nova proposta de lei para o Conselho Municipal.

4ª Reunião Ordinária – Encontro Regional no Agreste de Pernambuco/Belo Jardim

Data: 15/05/2026

Local: Câmara Municipal de Belo Jardim

Parlamentares presentes: Deputado João Paulo do PT, Deputada Rosa Amorim, Deputada Dani Portela e o vereador Nilton Senhorinho de Belo Jardim.

Convidados: Maria José Queiroz (promotora do Ministério Público de Pernambuco - MPPE); Amanda Farias (representando a Prefeitura de Belo Jardim); Suellen Nogueira (superintendente de Promoção da Equidade Social); representante da IV Gerência Regional de Saúde; representantes da Secretaria Estadual de Saúde/Hospital da Mulher do Agreste; representantes da Gerência Regional de Educação; Henrique Silva e Jorge Noronha (Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco); Rivânia Rodrigues (coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE); Rildo Veras (Coordenação Colegiada da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e membro do Movimento LGBT Leões do Norte); representantes do movimento Jardim de Cores, da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, além de representantes de movimentos sociais, da sociedade civil organizada e lideranças regionais.

A 4ª reunião ordinária da Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ em Pernambuco foi realizada no município de Belo Jardim, no Agreste pernambucano, dando continuidade ao processo de interiorização das atividades do colegiado e ao fortalecimento do diálogo entre o Poder Legislativo, os movimentos sociais, representantes do poder público e lideranças da população LGBTQIAPN+ da região.

Na abertura dos trabalhos, o Deputado João Paulo do PT ressaltou a importância estratégica da realização das audiências regionais como mecanismo de escuta ativa e construção de políticas públicas alinhadas às realidades territoriais do estado. O parlamentar destacou que a Frente Parlamentar vem transformando as demandas apresentadas pela população LGBTQIAPN+ em iniciativas legislativas concretas, mencionando o Projeto de Lei nº 4092/2026, de sua autoria, que visa a instituir a Política Estadual de Promoção da Saúde Integral da População LGBTQIAPN+, prevendo um atendimento universal, humanizado e livre de discriminação.

João Paulo do PT expôs dados do estudo técnico elaborado pela Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa de Pernambuco acerca das políticas públicas voltadas à

população LGBTQIAPN+ no estado, apontando desigualdades territoriais e a concentração das estruturas de atendimento na Região Metropolitana do Recife.

A Deputada Rosa Amorim classificou o encontro como um marco histórico para o Agreste, celebrando a ocupação da Câmara Municipal por movimentos locais, como o Coletivo Jardim de Cores. Ela alertou, contudo, que visibilidade sem política pública e orçamento resulta em exclusão continuada. A parlamentar relembrou que a expectativa de vida de uma mulher trans e travesti no Brasil é de apenas 35 anos e defendeu que a reversão dessas estatísticas exige a inserção da população no mercado de trabalho e nas universidades. Destacou que a ocupação dos espaços institucionais pela população LGBTQIAPN+ constitui instrumento fundamental de transformação social e de garantia de direitos.

A Deputada Dani Portela ressaltou a necessidade de fortalecimento da atuação parlamentar diante do avanço de pautas conservadoras e discriminatórias nos espaços legislativos brasileiros. A deputada ressaltou que a exclusão educacional e a evasão escolar da população LGBTQIAPN+, especialmente da população trans, não decorrem de escolhas individuais, mas de processos estruturais de violência e exclusão social. Nesse sentido reforçou a importância de iniciativas relacionadas à ampliação das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior, mencionando o debate em curso na Universidade de Pernambuco (UPE) acerca da implementação de cotas para pessoas trans e travestis. Também destacou que seu mandato destinou emendas para a pauta LGBTQIAPN+, e ressaltou a importância da Frente para a construção conjunta de estratégias voltadas à promoção dos direitos e da cidadania dessa população no estado.

A Deputada Dani Portela – então presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) - falou da cartilha sobre os direitos da população LGBTQIAPN+ produzida pela Comissão, que recebeu premiação nacional e está disponível no sítio eletrônico da Alepe. Apresentou ainda projetos de lei de sua autoria como o Projeto de Lei nº 1977/2024, que obriga a fixação de cartazes informativos sobre a obrigatoriedade do respeito ao nome social; e o Projeto de Lei nº 3176/2025, que visa a instituir o Estatuto da Pessoa Intersexo no Estado de Pernambuco.

O vereador Nilton Senhorinho de Belo Jardim ressaltou a importância histórica da realização da audiência pública no município, afirmando tratar-se da primeira reunião institucional de grande porte voltada especificamente à discussão de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ no município. O parlamentar destacou os desafios

enfrentados por representantes LGBTQIAPN+ na ocupação dos espaços de poder e afirmou que sua presença no parlamento municipal constitui demonstração de que a participação política dessa população é possível e necessária.

A promotora de justiça Maria José Queiroz, coordenadora do Núcleo LGBTQIAPN+ do Ministério Público de Pernambuco, destacou o papel do órgão no enfrentamento à discriminação institucional. A promotora frisou a importância do entendimento de que a LGBTfobia é crime e colocou o MPPE à disposição da sociedade do Agreste e da Frente Parlamentar para atuar como força indutora e fiscalizadora, exigindo que o Poder Executivo cumpra e efetive as políticas públicas.

Pela Prefeitura de Belo Jardim, Amanda Farias reafirmou a abertura da gestão municipal para o diálogo e para o fortalecimento do movimento na cidade.

Suellen Nogueira, superintendente de Promoção da Equidade Social, destacou ações voltadas à promoção da cidadania LGBTQIAPN+, incluindo programas de capacitação de agentes públicos, profissionais do sistema socioeducativo e integrantes das forças de segurança pública, além de iniciativas de articulação com movimentos sociais e conselhos de direitos. Durante a reunião, foi anunciado oficialmente o funcionamento do ambulatório especializado para atendimento da população LBT no Hospital da Mulher do Agreste, para lésbicas, bis e trans, destinado a atender 53 municípios da região.

A representante da IV Gerência Regional de Saúde apresentou detalhadamente o funcionamento do serviço, informando que o acesso ocorrerá por meio da atenção básica municipal e da regulação estadual. Afirmou que o ambulatório já está em funcionamento e oferecerá atendimento multiprofissional especializado, incluindo endocrinologia, ginecologia, cardiologia, psicologia, psiquiatria, nutrição, além da implantação progressiva da assistência relacionada à hormonização. A participante ressaltou que a proposta central do serviço é garantir acolhimento humanizado e qualificado, por meio de processos permanentes de capacitação profissional.

A representante da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, Soraya Estefany, afirmou a necessidade de interiorização efetiva das políticas públicas LGBTQIAPN+, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação e geração de renda. Também reivindicou a criação de conselhos municipais LGBTQIAPN+, a implementação de observatórios regionais, para monitoramento da violência LGBTfóbica e o fortalecimento da produção de dados oficiais voltados ao acompanhamento das violações de direitos da população LGBTQIAPN+ no interior do estado.

Rivânia Rodrigues, coordenadora do Candaces e secretária da Secretaria LGBT do PT/PE, destacou a importância histórica da organização política da população LGBTQIAPN+ e lembrou que os primeiros conselhos municipais de direitos LGBTQIAPN+ em Pernambuco foram instituídos em municípios do interior – o primeiro em Belém do São Francisco - evidenciando o protagonismo regional na construção dessas políticas. A liderança celebrou a chegada do ambulatório LBT ao Agreste, mas cobrou que a estrutura inclua atendimento específico para homens trans, que são atendidos apenas no Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), e que o Estado descentralize efetivamente o acesso à hormonização. Rivânia também fez um forte apelo para que o SUS garanta o direito de mulheres lésbicas à reprodução assistida (fertilização *in vitro*).

A representante da Gerência Regional de Educação expôs o esforço contínuo de formação nas escolas para prevenir violências, promover saúde mental, a permanência estudantil, e garantir o respeito ao nome social e ao uso dos banheiros por estudantes trans.

Jorge Noronha, representante do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Pernambuco, declarou que há cerca de um ano solicitou ao Conselho Estadual que as reuniões também sejam realizadas no interior e não apenas na capital, mas a demanda não foi atendida. Destacou a urgência da interiorização das políticas públicas no Estado, e criticou o fato de que, entre as doze cadeiras do Conselho, apenas três sejam ocupadas por representantes do interior.

A professora Roberta, representante da educação, destacou a importância da existência de Núcleos de Gênero em todas as escolas do estado e do respeito ao nome social dos professores da rede pública.

Andréia Deloize, mulher trans, negra, quilombola, e primeira mulher trans operada do Agreste de Pernambuco, denunciou a omissão do Hospital das Clínicas (SUS/PE) em realizar a cirurgia de retirada de silicone industrial de mulheres trans. Segundo ela, a recusa do hospital em realizar o procedimento está custando vidas. Ela exigiu uma intervenção urgente da Frente para garantir uma equipe médica especializada nessa remoção.

Representantes de movimentos sociais reforçaram a necessidade urgente de fiscalização das leis já existentes, que frequentemente são ignoradas nos municípios menores. Além disso, foi levantado que os Núcleos de Gênero das escolas tratam apenas das questões relacionadas às mulheres e não desenvolvem as pautas LGBTQIAPN+.

Destacaram ainda a importância do respeito ao nome social nos serviços de saúde e nas instituições de educação.

Também foi questionado como o estado fará a informação da existência do novo ambulatório LBT chegar aos profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em resposta, a representante da Gerência Regional de Saúde esclareceu que já foi enviado ofício para todas as coordenações sobre a ativação do ambulatório e o Hospital da Mulher realizará oficinas de capacitação para os profissionais de saúde dos municípios.

Como encaminhamento, deliberou-se pela articulação direta e cobrança ao Poder Executivo e Legislativo locais para a criação e efetivação do Conselho Municipal LGBTQIAPN+ de Belo Jardim.

5ª Reunião Ordinária – Encontro Regional na Mata Norte de Pernambuco/Goiana

Data: 23/05/2026
Local: Câmara Municipal de Goiana
Parlamentar presente: Deputado João Paulo do PT, coordenador da Frente Parlamentar.
Convidados: Suellen Nogueira (superintendente de Promoção da Equidade Social); Jânio Barreto (secretário do Movimento LGBT Leões do Norte); Oséias Figueiredo (Grupo Liberdade de Goiana); Tarcilla Guilbert (representante do Grupo Liberdades de Goiana, e coordenadora do Ambulatório de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ de Goiana); Anderson Moreira (representando a Deputada Rosa Amorim); Tales Gracindo (presidente do PT de Goiana); representantes da Rede LGBT do Interior de Pernambuco; dirigentes partidários; movimentos sociais; representantes da sociedade civil e lideranças locais.

A quinta reunião ordinária da Frente Parlamentar ocorreu no município de Goiana, na Zona da Mata Norte pernambucana, marcando a última agenda deste ciclo de interiorização do colegiado, consolidando o processo de interiorização das atividades da Frente Parlamentar e fortalecendo o diálogo institucional entre a Assembleia Legislativa de Pernambuco, o governo do estado, os movimentos sociais e a população LGBTQIAPN+ da região.

Para abrir os trabalhos com arte e representatividade, a reunião teve início com a apresentação da artista e *drag queen* Priscila Desejada, que também atua como auxiliar administrativa no ambulatório LGBTQIAPN+ do município. A performance,

amplamente aplaudida pelos presentes, utilizou a arte como instrumento de sensibilização e reflexão sobre as desigualdades, a exclusão social e a luta por dignidade e reconhecimento da população LGBTQIAPN+, especialmente das pessoas trans e travestis.

Em sua intervenção posterior, a artista ressaltou a importância da arte e da produção cultural como ferramentas de transformação social e inclusão, destacando ainda sua atuação em projetos de humor acessível e inclusivo, desenvolvidos por meio de plataformas digitais que já alcançam mais de meio milhão de seguidores nas redes sociais. A apresentação evidenciou o papel da cultura como espaço de resistência, visibilidade e promoção dos direitos humanos, estabelecendo o tom de acolhimento, diversidade e compromisso social que marcou todo o encontro.

Na sequência, o Deputado João Paulo do PT destacou a importância histórica da criação da Frente Parlamentar, aprovada pela ampla maioria da Assembleia Legislativa, ressaltando que sua principal contribuição foi retirar o debate da capital e levá-lo às diversas regiões do estado. Segundo o parlamentar, a interiorização permitiu aproximar o Poder Legislativo das demandas concretas da população LGBTQIAPN+, fortalecendo a construção participativa das políticas públicas. O deputado ressaltou ainda o papel estratégico desempenhado pelos movimentos sociais, especialmente pelo Movimento LGBT Leões do Norte, e pelo governo do estado, que colaborou ativamente na mobilização e viabilização logística dos encontros regionais.

Durante sua intervenção, João Paulo do PT apresentou iniciativas legislativas desenvolvidas no âmbito de seu mandato, como o Projeto de Lei nº 4092/2026, que visa a instituir a Política Estadual de Promoção da Saúde Integral da População LGBTQIAPN+; e o Projeto de Lei nº 3920/2026, que objetiva instituir a Política Estadual de Atendimento nas Delegacias para o Enfrentamento à Violência e à Discriminação contra a População LGBTQIAPN+.

O parlamentar ressaltou, ainda, a proposta de Emenda à Constituição Estadual destinada à criação de mecanismos permanentes de financiamento das políticas públicas LGBTQIAPN+, enfatizando que a efetivação dos direitos depende necessariamente da existência de previsão orçamentária específica. Também chamou atenção para o papel dos municípios na implementação das políticas públicas e defendeu a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da População LGBTQIAPN+ como instrumentos fundamentais de participação e controle social.

Luci, representante da Secretaria Estadual LGBT do Partido dos Trabalhadores, destacou a importância da realização das audiências regionais como espaços de escuta e construção coletiva de políticas públicas. Informou que o município já iniciou articulações junto ao Ministério Público e à Secretaria Municipal de Direitos Humanos para a construção do Conselho Municipal e do Plano Municipal de Políticas Públicas para a População LGBTQIAPN+, ressaltando a importância da participação popular nesse processo.

Cristina França, representando a Secretaria da Mulher do Partido Comunista do Brasil, a União Brasileira de Mulheres e o movimento Católicas pelo Direito de Decidir, enfatizou a necessidade de participação efetiva da população LGBTQIAPN+ nos processos de elaboração do orçamento público municipal. Destacou que a luta da população LGBTQIAPN+ continua sendo, ainda hoje, uma luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais e defendeu a necessidade de acompanhamento permanente da Lei Orçamentária Anual, de forma a garantir recursos destinados às políticas públicas de inclusão e cidadania. Ressaltou também a importância da implantação do ambulatório especializado no município, o primeiro da Mata Norte, uma conquista coletiva dos movimentos sociais.

A secretária de mobilização popular de Goiana abordou a dimensão cotidiana das desigualdades enfrentadas pela população LGBTQIAPN+, destacando que a luta do movimento não se limita ao reconhecimento jurídico dos direitos, mas envolve o acesso às experiências mais básicas da vida social, como o afeto, a convivência familiar e a ocupação dos espaços públicos.

O ativista Zé Cidão, produtor cultural e integrante da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, destacou a importância da mobilização social na conquista de direitos, relacionando a pauta LGBTQIAPN+ às lutas mais amplas da classe trabalhadora. Ressaltou a necessidade de construção de observatórios municipais e regionais voltados à produção de dados e indicadores sobre a população LGBTQIAPN+, defendendo que a formulação de políticas públicas exige a existência de informações qualificadas sobre violência, acesso a serviços e condições de vida. Para isso, propôs a realização desses observatórios por meio dos Conselhos Municipais LGBTs, e da utilização dos espaços físicos dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

Ronaldo Cloves, um dos fundadores do primeiro Conselho da Mata Norte – em Paudalho, destacou o protagonismo da região na construção das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+. Ressaltou, entretanto, que grande parte dos

municípios ainda não possui políticas específicas para a população LGBTQIAPN+, evidenciando a persistência de desigualdades territoriais e institucionais. Nesse sentido, defendeu o fortalecimento das articulações regionais e o aprofundamento do processo de interiorização das políticas públicas.

A coordenadora do Ambulatório de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ de Goiana, Tarcilla Guilbert, apresentou a experiência do serviço especializado implantado no município, destacando sua trajetória pessoal como mulher trans, estudante de psicologia e militante do movimento social. Ressaltou que a criação do ambulatório foi resultado de um longo processo de mobilização social e participação popular, tendo sido pautado em sucessivas conferências estaduais de saúde até sua efetiva implantação. Informou que o equipamento completou um ano de funcionamento em abril de 2026 e destacou sua atuação pautada pelos princípios da universalidade, integralidade e humanização do Sistema Único de Saúde, constituindo referência regional no acolhimento da população LGBTQIAPN+.

Ozéias Figueiredo, representante do Grupo Liberdade de Goiana, apresentou um panorama histórico da organização política da população LGBTQIAPN+ no município, relatando episódios de discriminação enfrentados nas primeiras mobilizações e destacando a importância do apoio institucional recebido pelo Movimento LGBT Leões do Norte desde a fundação do Grupo Liberdade. Ressaltou o apoio do prefeito à causa e apresentou as conquistas obtidas ao longo dos últimos anos, entre elas a criação do Dia Municipal do Orgulho LGBTQIAPN+, a inclusão da Parada da Diversidade no calendário oficial do município, a implantação do ambulatório especializado e a aprovação de políticas culturais destinadas a artistas *drag queens*. Informou ainda que a militância seguirá lutando pela criação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIAPN+, bem como pela elaboração do Plano Municipal e do Fundo Municipal correspondente.

Representando o mandato da Deputada Rosa Amorim, Anderson Moreira ressaltou que a construção das políticas públicas deve ocorrer a partir da participação direta da população LGBTQIAPN+, sintetizada no princípio "nada sobre nós sem nós". Ele detalhou os projetos de lei protocolados pelo mandato, incluindo o Projeto de Lei nº 831/2023, que cria um protocolo de combate às opressões em estádios e arenas esportivas; o Projeto de Lei nº 1111/2023, que inclui no calendário oficial a Campanha Estadual de Prevenção do Câncer de Colo Uterino na população LGBTQIAPN+; o Projeto de Lei nº 3527/2025, que institui a Política Estadual da Cultura Ballroom; o Projeto de Lei nº

3540/2025, que estabelece a obrigatoriedade de cartazes contra a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero em estabelecimentos públicos e privados no Estado; e o Projeto de Lei nº 1725/2024, que altera o Estatuto da Mulher e da população LGBTQIAPN+ Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, com o objetivo de definir conceitualmente a violência política de gênero e ampliar as medidas para sua prevenção e combate.

A superintendente de Promoção da Equidade Social do Estado de Pernambuco, Suellen Nogueira, apresentou dados relativos à institucionalização das políticas públicas LGBTQIAPN+ no estado, destacando que, dos 184 municípios pernambucanos, apenas nove possuem conselhos municipais específicos, dos quais somente seis se encontram efetivamente em funcionamento. Informou que o governo do estado vem promovendo ações de capacitação para atendimento da população LGBT de agentes públicos, profissionais de segurança pública e servidores do sistema prisional, além de desenvolver estratégias de regionalização dos serviços especializados, e citou a implantação do ambulatório especializado no Hospital da Mulher do Agreste como exemplo da política de descentralização dos serviços estaduais.

Representando o Movimento LGBT Leões do Norte, Jânio Barreto ressaltou a importância do financiamento público para a implementação efetiva das políticas destinadas à população LGBTQIAPN+, defendendo a inclusão de recursos específicos nas peças orçamentárias da União, dos estados e dos municípios. Recordou a trajetória de 25 anos do Movimento LGBT Leões do Norte, e enfatizou a importância da articulação construída pela Rede LGBT do Interior de Pernambuco, atualmente presente em mais de 60 municípios pernambucanos. O ativista alertou para o crescimento dos discursos de ódio e das estratégias de desinformação direcionadas à população LGBTQIAPN+, defendendo o fortalecimento das organizações sociais e das instituições democráticas.

Tales Gracindo, presidente do PT em Goiana, reforçou que o partido está de portas abertas para as demandas da diversidade. Pedro Diniz, professor da rede pública de Nazaré da Mata, levou seus alunos para assistir à reunião, e ressaltou a importância de trabalhar a diversidade e a inclusão como pauta na sociedade. A jovem Eva, da Juventude do PT, destacou a força da juventude nas conquistas políticas e convocou os jovens a se elegerem vereadores e deputados.

Francisco Barbosa, assessor parlamentar local, celebrou que o espaço da Câmara, antes excludente, agora abraça a diversidade. Ele destacou Tarcilla como uma inspiração,

provando que LGBTs podem e devem romper o ciclo histórico de exclusão, e ocupar espaços de gestão e de poder.

A reunião ressaltou a necessidade da criação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Goiana; da elaboração do Plano Municipal e do Fundo Municipal específicos; além da criação de observatórios municipais e regionais para monitoramento das políticas públicas; e da ampliação dos mecanismos de financiamento público para promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ em Pernambuco.

3. CONCLUSÕES

3.1 Diagnóstico das principais demandas apresentadas

Ao longo das cinco reuniões ordinárias realizadas na Região Metropolitana, Sertão, Agreste, Mata Sul e Mata Norte, a Frente Parlamentar consolidou um diagnóstico claro das urgências vivenciadas pela população LGBTQIAPN+ pernambucana. A principal lacuna identificada refere-se à centralização das políticas públicas, evidenciando que a população do interior permanece à margem do acesso a direitos básicos. Entre as demandas prioritárias levantadas, destacam-se:

- **Conselhos Municipais e Participação Social:** A ausência de Conselhos Municipais na esmagadora maioria das cidades é alarmante. Dos 184 municípios pernambucanos, apenas nove possuem conselhos instituídos (com apenas seis ativos). Esse cenário descortina a urgência da criação de Conselhos Municipais para a população LGBTQIAPN+, instrumentos essenciais de controle social e diálogo institucional.

- **Orçamento Público:** A insuficiência de mecanismos permanentes de financiamento das ações governamentais, evidenciada pela ausência de um orçamento específico e contínuo que garanta a efetivação das políticas voltadas à população LGBTQIAPN+ nos municípios e no estado.

- **Interiorização:** Urgência de interiorização e descentralização dos equipamentos, serviços e ações, de forma a garantir acesso equitativo à população residente fora da Região Metropolitana do Recife. Os participantes relataram que a concentração dos serviços na capital e em poucos municípios dificulta o acesso aos direitos,

especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam barreiras geográficas, econômicas e institucionais para obter atendimento.

- **Fortalecimento da rede de proteção nos municípios do interior:** Foi ressaltada a importância de fortalecer a rede de proteção nos municípios do interior, com a implantação de serviços especializados, capacitação continuada das equipes locais e ampliação das ações de promoção da cidadania, prevenção da violência, acolhimento e atenção integral à saúde da população LGBTQIA+. Essas medidas foram apontadas como fundamentais para assegurar a efetividade das políticas públicas e reduzir as desigualdades regionais no acesso aos serviços.

- **Saúde Integral:** A necessidade de interiorização dos ambulatórios especializados, descentralização dos serviços de hormonização e atendimento humanizado e específico para homens trans. Constatou-se a ausência de políticas específicas voltadas ao envelhecimento, à saúde mental e à assistência social. Além da denúncia relativa à falta de atendimento as mulheres trans e travestis para a retirada de silicone industrial (demanda negligenciada pelo Hospital das Clínicas).

- **Segurança e Dados:** A grave subnotificação das violências motivadas por LGBTfobia e o descumprimento da Estadual nº 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, a divulgação de relatório diagnóstico, e o envio do relatório anual à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco A lei estabelece que as estatísticas devem conter diagnóstico sobre a população LGBTQIA+ com informações acerca do perfil social, econômico, étnico-racial, cultural e demográfico dos residentes no Estado de Pernambuco.

  Reivindicou-se também a expansão do Centro Estadual de Combate à LGBTfobia para as demais regiões do estado. Assim como a necessidade de criação de observatórios regionais e municipais para monitoramento da violência contra a população LGBTQIAPN+.
- **Empregabilidade e Moradia:** A sistemática exclusão de pessoas trans e travestis do mercado formal de trabalho, expondo essa população à prostituição e à vulnerabilidade social e habitacional.

- **Educação:** A evasão e a exclusão sistêmica de pessoas trans e travestis das salas de aula. Denunciou-se também a hostilidade no ambiente escolar contra estudantes e professores LGBTs, reforçando a necessidade de implementação de Núcleos de Gênero, que tratem da temática LGBTQIAPN+, nas escolas.

  Além do descumprimento da Lei nº 17.268/2021, que garante o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco.

3.2 Recomendações e Encaminhamentos

Com base nas discussões realizadas ao longo dos trabalhos da Frente Parlamentar, são apresentadas as seguintes recomendações e encaminhamentos institucionais:

Ao Governo do Estado de Pernambuco:

- Garantir a implementação integral do Plano Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+;
- Consolidar o processo de regionalização e interiorização das políticas públicas destinadas à população LGBTQIAPN+;
- Ampliar a rede de ambulatórios de saúde especializados e descentralizar o acesso à hormonização;
- Estruturar mecanismos permanentes de financiamento das políticas públicas LGBTQIAPN+, mediante a inclusão das políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ nos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado de Pernambuco (PPA, LDO e LOA), com dotação orçamentária própria; bem como a criação do Fundo Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+, destinado ao financiamento de ações estratégicas nas áreas de saúde, educação, moradia, segurança pública, assistência social, trabalho e renda, cultura, enfrentamento às violências, fortalecimento do controle social e promoção da cidadania e dos direitos humanos;
- Fortalecer os sistemas de produção, monitoramento e transparência dos dados relativos à violência LGBTfóbica.

- Cumprimento integral e fiscalização da Lei Estadual nº 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, a divulgação de relatório com diagnóstico acerca do perfil social, econômico, étnico-racial, cultural e demográfico; e o envio do relatório anual à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;

- Cumprimento e fiscalização da Lei nº 17.268/2021, que dispõe sobre o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco;

- Ampliar a capacitação permanente de profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública e sistema prisional na temática LGBTQIAPN+;

- Garantir políticas específicas para pessoas LGBTQIAPN+ idosas, privadas de liberdade e/ou em situação de vulnerabilidade social;

- Implementar políticas de geração de emprego, renda e qualificação profissional voltadas à população LGBTQIAPN+.

Aos municípios pernambucanos:

- Instituir e fortalecer Conselhos Municipais dos Direitos da População LGBTQIAPN+;

- Elaborar Planos Municipais de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+;

- Estruturar fundos municipais específicos para financiamento das políticas públicas para a população LGBTQIAPN+;

- Desenvolver sistemas locais de monitoramento da violência LGBTfóbica, a exemplo da criação de Observatórios Municipais Permanentes de monitoramento de dados, integrados à rede socioassistencial e demais equipamentos públicos municipais;

- Garantir o respeito ao nome social em todos os serviços públicos;

- Implementar políticas municipais de saúde integral, educação inclusiva (com a instituição de Núcleos de Gênero nas escolas, que tratem da temática LGBTQIAPN+) e assistência social especializada.

3.3 Produtos da Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ em Pernambuco consolidou-se como espaço de escuta popular e articulação política entre o poder público e os movimentos sociais. Por meio de reuniões itinerantes em diversas regiões do estado, o colegiado priorizou a elaboração de diagnósticos territoriais, o que permitiu a coleta de dados e demandas diretas dos participantes para subsidiar este relatório final. Nesse sentido, o presente documento apresenta um rico apanhado das principais lacunas e demandas relativas à população LGBTQIAPN+ no estado.

Para além da produção legislativa, os trabalhos da Frente geraram importantes produtos e resultados institucionais, como o restabelecimento do diálogo entre o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ e o governo do estado, cobrando a participação direta do Conselho na formulação das políticas da diversidade. Assim como o fomento à criação de Conselhos Municipais a partir da interiorização da Frente, que levou a pauta para o centro do debate.

Ademais, a pedido do coordenador da Frente, foi elaborado pela Consultoria Legislativa da Alepe um Estudo Técnico sobre a legislação estadual e as políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ em Pernambuco. O documento constitui um rico apanhado do panorama no estado, sistematizando o arcabouço normativo vigente e mapeando a rede de serviços públicos de atendimento a essa população.

No âmbito dos encaminhamentos práticos, a Frente atuou como mediadora em conflitos institucionais, a exemplo do diálogo com as prefeituras e câmaras municipais para a concretização de políticas e legislações relativas à população LGBTQIAPN+. Além da cobrança direta por uma maior integração entre os entes federados (estado e municípios) para a descentralização efetiva da rede e dos serviços de saúde, assistência, educação e segurança. Por fim, todo esse movimento promoveu uma verdadeira ocupação democrática e cultural das câmaras de vereadores nas diversas regiões do estado, que receberam concentrações inéditas da comunidade LGBTQIAPN+ ocupando seus espaços institucionais.

Ainda como produto do compromisso prático com a população, o colegiado fomentou o desenvolvimento de diversos projetos de lei apresentados pelos parlamentares integrantes da Frente Parlamentar, voltados à promoção da cidadania, inclusão social, saúde, educação, trabalho, renda e segurança da população LGBTQIAPN+. Além da proposta de Emenda à Constituição, de autoria do coordenador da Frente – João Paulo do PT, destinada ao financiamento permanente das políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ em Pernambuco. Medida inédita no país, que coloca Pernambuco na vanguarda nacional da concretização dessas políticas.

Seguem os projetos de lei relativos ao tema apresentados durante o processo de debate pelos parlamentares integrantes desta Frente no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco:

- **Autoria do Deputado João Paulo do PT:**
  - **PL 33/2026:** Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+.
  - **PL nº 3345/2025:** Garante a reserva de 3% das moradias populares em programas de habitação social do Estado para a população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade.
  - **PL nº 4092/2026:** Institui a Política Estadual de Promoção da Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ no âmbito do Estado de Pernambuco.
  - **PL nº 3920/2026:** Institui a Política Estadual de Atendimento nas Delegacias para o Enfrentamento à Violência e à Discriminação contra a População LGBTQIAPN+ no Estado de Pernambuco.
  - **PL nº 4092/2026:** Institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Discriminação e à Violência contra a População LGBTQIAPN+ no Ambiente Escolar, no âmbito do Estado de Pernambuco.
  - **PL nº 3969/2026:** Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, para incluir reserva de vagas para pessoas trans e travestis nos contratos de serviços terceirizados no âmbito do Estado de Pernambuco.

- **PL nº 3964/2026:** Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, para incluir a reserva de vagas para pessoas trans e travestis.

- **Autoria da Deputada Rosa Amorim (PT):**
  - **PL nº 3973/2026:** Altera a Lei nº 18.874/2025, que proíbe os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco de nomear ou designar para cargos públicos e funções de confiança as pessoas condenadas pela prática de crimes de homofobia, transfobia e demais formas de discriminação por orientação sexual, identidade de gênero ou sua expressão.
  - **PL nº 3527/2025:** Institui a Política Estadual de Fomento, Incentivo e Visibilidade da Cultura Ballroom no Estado de Pernambuco.
  - **PL nº 3540/2025:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz ou placa informativa contra a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero em estabelecimentos públicos e privados no Estado de Pernambuco.

Ao final deste relatório, apresenta-se, em anexo, a compilação das normas estaduais relacionadas à pauta. A sistematização desse arcabouço normativo reveste-se de especial relevância por seu caráter de utilidade pública, ao contribuir para a transparência, a ampla divulgação e o conhecimento dos direitos e das garantias já conquistadas. Busca-se, assim, assegurar que a população LGBTQIAPN+ pernambucana tenha pleno acesso aos instrumentos legais de proteção e cidadania, favorecendo seu conhecimento e efetivo exercício.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ em Pernambuco foi estabelecida a partir do acolhimento dos parlamentares às demandas apresentadas pelo Movimento LGBT Leões do Norte e pela Rede LGBT do Interior. Mais do que um espaço de debate, a Frente consolidou-se como instrumento de escuta, diálogo, fiscalização e construção coletiva de políticas públicas.

A interiorização das atividades da Frente revelou-se uma estratégia de grande alcance institucional e social. Em diversas regiões do estado, as câmaras municipais receberam, possivelmente pela primeira vez em sua história, uma ocupação tão expressiva, plural e representativa da população LGBTQIAPN+, transformando temporariamente esses espaços institucionais em locais de acolhimento, escuta, resistência e construção democrática.

Ao percorrer diferentes territórios pernambucanos, a Frente Parlamentar possibilitou que vozes historicamente invisibilizadas ocupassem o centro do debate político, permitindo a identificação minuciosa de demandas, vulnerabilidades, experiências exitosas e lacunas institucionais. O presente relatório constitui, portanto, não apenas um instrumento de prestação de contas, mas também um documento histórico, social e político, que registra de forma sistemática e territorializada as demandas da população LGBTQIAPN+ pernambucana.

A robustez das informações coletadas demonstra a relevância de um Poder Legislativo comprometido com a institucionalização de processos permanentes de escuta, fiscalização e construção coletiva de políticas públicas. As demandas registradas ao longo deste documento constituem subsídios fundamentais para a construção de políticas mais assertivas, eficientes, inclusivas e territorialmente adequadas.

A experiência da Frente Parlamentar consolidou um legado que transcende a produção legislativa e os encaminhamentos institucionais realizados, deixando para Pernambuco e para a Assembleia Legislativa uma metodologia de construção democrática baseada no diálogo entre Estado e sociedade.

Ao eternizar as vozes, as lutas, as reivindicações e as esperanças da população LGBTQIAPN+ pernambucana, este relatório consolida-se como um registro histórico e um instrumento de planejamento para o futuro, reafirmando que a construção de um estado mais justo, diverso, inclusivo e democrático depende da capacidade das

instituições públicas de ouvir, reconhecer e responder às necessidades reais de sua população.

Diante do exposto, solicitamos o valoroso apoio dos nobres parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para a aprovação deste Relatório Final.

Deputado João Paulo do PT
Coordenador-Geral da Frente Parlamentar pelos Direitos da População LGBTQIAPN+ em Pernambuco

ANEXO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL RELACIONADA À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

O Estado de Pernambuco detém um arcabouço normativo relacionado à promoção dos direitos e à proteção da população LGBTQIAPN+. Ressalte-se que a própria Constituição Estadual prevê, como competência comum do Estado e dos Municípios, "combater todas as formas de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, sexo, idade e religião, de origem nacional ou regional". (art. 5º, XIV). Com isso, a partir de 2020, conferiu-se fundamento constitucional explícito para a atuação normativa e administrativa do Estado em relação à proteção de determinados grupos vulneráveis, mesmo que não tenha sido feita menção expressa à população LGBTQIAPN+.

Todavia, nota-se que a legislação estadual, apesar de progressiva ao longo dos anos, permanece fragmentada e setorial, não sendo possível identificar um marco legal sistematizado e abrangente. Além disso, a efetividade dessas normas ainda depende, em grande medida, de regulamentação infralegal e de ações concretas do Poder Executivo, o que limita a plena fruição dos direitos formalmente assegurados. A seguir, apresentam-se os principais diplomas normativos estaduais identificados:

- **Lei nº 18.751, de 3 de dezembro de 2024** - Altera a Lei nº 11.443, de 1º de julho de 1997, que institui o Sistema Estadual de Esportes e Lazer no Estado de Pernambuco e determina providências pertinentes, a fim de incluir a vedação às práticas discriminatórias de identidade de gênero, orientação sexual e condição de saúde, no âmbito do esporte e do lazer.

- **Lei nº 18.634, de 4 de julho de 2024** - Institui a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, no âmbito do Estado de Pernambuco.

- **Lei nº 18.373, de 17 de novembro de 2023** - Altera a Lei nº 17.377, de 8 de setembro de 2021, que cria o Estatuto da Mulher Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, no âmbito do Estado de Pernambuco, com mecanismos para o enfrentamento ao assédio e a violência política contra mulheres, originada de projetos de lei de autoria das Deputadas Delegada

Gleide Ângelo e Teresa Leitão, a fim de inserir a população LGBTQIAP+ na proteção da Lei.

- **Lei nº 18.331, de 16 de outubro de 2023** - Obriga, no âmbito do Estado de Pernambuco, às empresas de central de atendimento a disponibilizar, para seus colaboradores, um canal de denúncias de casos de assédio sexual, LGBTfobia e xenofobia.

- **Lei nº 18.279, de 1º de setembro de 2023** - Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de incluir a vedação da utilização de mão de obra em que haja trabalhadores condenados pela prática de homofobia, transfobia, estupro e crimes sexuais contra vulneráveis.

- **Lei nº 18.087, de 28 de dezembro de 2022** - Altera a Lei nº 16.587, de 10 de junho de 2019, que dispõe sobre a comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública, sobre a ocorrência ou de indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, em seus interiores, quando houver registro da violência no livro de ocorrências, originada de Projeto de Lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de estender a obrigatoriedade para os condomínios comerciais e incluir os atos e ameaças por racismo e LGBTQIA+fobia.

- **Lei nº 18.084, de 28 de dezembro de 2022** - Dispõe sobre o compartilhamento dos canais oficiais para denúncias pela internet de crimes praticados contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa, pessoa com deficiência, pessoa em situação de rua, pessoa lgbtqia+, negros e índios em sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis dos órgãos do Poder Público Estadual.

- **Lei nº 17.962, de 9 de novembro de 2022** - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada

de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Mês Estadual da Diversidade.

- **Lei nº 17.527, de 9 de dezembro de 2021** - Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, diretrizes para a Política Estadual de Saúde Integral e Promoção da Cidadania LGBTQIA+ e dá outras providências.

- **Lei nº 17.522, de 9 de dezembro de 2021** - Dispõe sobre as penalidades administrativas aplicáveis em razão de atos de racismo e LGBTQI+fobia, bem como de atos discriminatórios ou ofensivos contra a mulher, praticados no âmbito do Estado de Pernambuco, e institui diretrizes para o Poder Público no combate ao assédio sexual nos locais que indica e dá outras providências. Regulamentada pelo **Decreto nº 53.551, de 8 de setembro de 2022**.
- **Lei nº 17.292, de 7 de junho de 2021** - Obriga os estabelecimentos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco a disponibilizar campo específico para a indicação da identidade de gênero e orientação sexual do usuário nas fichas ou formulários utilizados em sistemas de informações.

- **Lei nº 17.268, de 21 de maio de 2021** - Dispõe sobre o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco.

- **Lei nº 17.221, de 22 de abril de 2021** - Proíbe práticas discriminatórias que impeçam ou dificultem as doações de sangue de indivíduos em razão de sua condição e/ou orientação sexual.

- **Emenda Constitucional nº 52, de 23 de julho de 2020** - Acresce o inciso XIV ao Parágrafo único do art. 5º da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de incluir na competência comum do Estado e dos Municípios o combate à discriminação e ao preconceito de raça, cor, etnia, sexo, idade e religião, de origem nacional ou regional.

- **Lei nº 16.851, de 3 de abril de 2020** - Assegura o direito das unidades familiares homossexuais à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado de Pernambuco.

- **Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005** - Dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, a população preta e parda, as mulheres e as pessoas em situação de pobreza no âmbito do Estado de Pernambuco, bem como sobre a divulgação de relatório diagnóstico, na forma que menciona. Regulamentada pelo **Decreto nº 39.542, de 25 de junho de 2013**.

- **Decreto nº 46.025, de 17 de maio de 2018** - Aprova o Plano Estadual de Políticas de Promoção dos Direitos da População LGBTQIAPN+ "Pernambuco da Diversidade".

- **Decreto nº 40.189, de 10 de dezembro de 2013** - Institui o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN.

- **Decreto nº 35.051, de 25 de maio de 2010** - Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

- **Decreto nº 21.670, de 27 de agosto de 1999** - Institui o Programa Estadual de Direitos Humanos e dá outras providências, onde na sessão 11 trata de promoções de direitos voltadas para a população LGBTQIA+.